



## CÂMARA DOS DEPUTADOS.

### 35 - EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 733/2025

*Emenda MODIFICATIVA do Inciso VIII do Art.8º do PL 733/2025  
que dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a  
exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o  
trabalho portuário e dá outras providências.*

Emenda MODIFICATIVA do texto do inciso VIII no Art.8º, que passa a  
vigorar com o seguinte teor:

"Art. 8º Compete à Antaq, sem prejuízo de outras atribuições  
previstas na legislação específica:

[...]

*"VIII - Regular as tarifas portuárias, com a cooperação das  
entidades dos usuários através de consultas e promover a  
comunicação prévia, com antecedência mínima de 15 (quinze)  
dias úteis, ao Ministério da Fazenda."*

### J U S T I F I C A Ç Ã O

A inclusão da expressão "... com a cooperação das associações dos usuários através de  
consultas ..." encontra suporte no Art. 3º da Lei nº 8.987/1995, que estabelece a  
fiscalização das concessões e permissões pelo poder concedente, com a  
cooperação dos usuários.

Essa previsão reforça a necessidade de transparência e participação dos  
usuários nos processos de regulação tarifária, garantindo que suas demandas e  
perspectivas sejam consideradas, em consonância com os princípios da  
eficiência e da continuidade dos serviços públicos. A consulta às associações de  
usuários promove a construção de decisões mais equilibradas e alinhadas ao  
interesse público.

Além disso, a exigência de comunicação prévia ao Ministério da Fazenda  
assegura que a política tarifária observe critérios econômicos adequados,  
promovendo uma gestão responsável e sustentável. Essa medida também  
fomenta a coordenação interinstitucional, fortalecendo a governança no setor  
portuário e assegurando previsibilidade e estabilidade na aplicação das tarifas.

Portanto, o inciso proposto reforça os princípios de cooperação, eficiência e  
transparência, além de fortalecer os mecanismos de regulação no setor  
portuário.

.....  
Sala da Comissão, .....

